



TERMO DE REFERÊNCIA

Versão 2.0 - SMAD/DILC - Atualizada em 17 jan. 2025

1. IDENTIFICAÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. N° do Processo Administrativo: 36/2026

1.2. Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

1.3. Identificação: Para efeito das presentes especificações, o termo PMFI ou Contratante significa Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, que contratará os serviços; o termo Contratada define a empresa que executará os serviços, e o termo Fiscalização define a equipe que representará a PMFI perante a contratada, a quem este último deverá se reportar.

1.4. Definição do objeto: Contratação de empresa, por meio do Sistema de Registro de Preços, para execução de serviços de topografia e geotecnia, no regime empreitada por preço unitário, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	CONTRATAÇÃO PARA SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA	21369	Conforme Tabela Constante do item 4.2.1	Conforme Tabela Constante do item 4.2.1	Conforme Tabela Constante do item 4.2.1	R\$ 720.769,40
02	CONTRATAÇÃO PARA SERVIÇOS DE GEOTECNIA	361	Conforme Tabela Constante do item 4.2.2	Conforme Tabela Constante do item 4.2.2	Conforme Tabela Constante do item 4.2.2	R\$ 400.193,19

1.5. Local de execução dos serviços: Os serviços serão executados em quaisquer áreas situadas dentro dos limites territoriais do Município de Foz do Iguaçu/PR, onde se fizerem necessárias as realizações de estudos topográficos, estudos do solo e demais estudos.

1.6. Fundamentação e descrição da necessidade da contratação: A fundamentação da contratação e de seus quantitativos, bem como a descrição da solução como um todo, encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

1.7. O objeto desta contratação é caracterizado como **serviço**, de natureza **comum**, conforme justificativa constante dos Estudos Técnicos Preliminares.

1.8. A demanda está incluída no Plano de Contratações Anual de 2026, devidamente registrada sob o n° 438/2026.

1.9. Número do contrato vigente ou vencido: Contrato 43/2020 encerrado.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



1.10. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado conforme disposição do artigo 84 da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), em relação ao quantitativo eventualmente remanescente ou à totalidade do objeto inicialmente previsto na ata.

1.11. A Ata de Registro de Preços oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. ANEXOS

2.1. Fazem parte do presente Termo de Referência os seguintes anexos:

- 2.1.1. Documento de Formalização de Demanda;
- 2.1.2. Estudo Técnico Preliminar;
- 2.1.3. Orçamento e ART;
- 2.1.4. Declaração do Ordenador de Despesas;
- 2.1.5. Certidão de Dotação e Saldo;
- 2.1.6. Declaração de Indicação de Gestor e Fiscais;
- 2.1.7. Portaria de designação de Gestor e Fiscal publicada em Diário Oficial;

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

• Sustentabilidade:

3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- 3.1.1. Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;
- 3.1.2. Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

• Do tipo de contratação, modalidade, critério de julgamento, regime de execução de adjudicação do objeto e modo de disputa:

3.2. Tipo de contratação: A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

3.3. Modalidade de licitação: Os serviços a serem contratados puderam ser decompostos em atividades padronizáveis, que são perfeitamente mensuráveis, especificáveis e objetivamente definidas em termos de desempenho e qualidade, com preservação das características originais dos bens, ou seja, **serviço comum de engenharia**. Logo, considerando o disposto no art. 119 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, o **pregão** é a modalidade indicada.

3.4. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP: Será utilizado o Sistema de Registro de Preços.

- 3.4.1. O órgão gerenciador do Registro de Preços será a Secretaria Municipal de Obras, não admitindo a participação de outros órgãos. Ao concentrarmos a contratação em um único órgão, garantimos que o escopo do procedimento licitatório seja formulado com base em um conjunto



0c176771-cd99-4d61-9b1e-5a1800222f50



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



homogêneo de necessidades. Ainda, a exclusão da participação de outros órgãos evita a sobreposição de interesses e a multiplicidade de informações que podem tornar o processo decisório mais complexo.

3.4.2. Os serviços objeto da presente licitação — topografia e geotecnia — possuem natureza eminentemente técnica e especializada, cuja demanda, no âmbito da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, restringe-se objetivamente às atribuições institucionais da SMPU (Secretaria Municipal de Planejamento Urbano) e da SMOB (Secretaria Municipal de Obras), em razão da natureza das atividades por elas desempenhadas. Durante a execução dos contratos anteriores celebrados para a prestação desses mesmos serviços, não se verificou, em nenhum momento, demanda por parte de outras Secretarias Municipais, o que evidencia, de forma concreta e baseada em histórico real de execução contratual, que as demais unidades administrativas do Município não fazem uso desse tipo de serviço.

3.4.3. Não se admitindo a participação de outros órgãos conforme justificativa acima, afasta-se o Registro de Intenção de Registro de Preços a que alui o caput do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, pela complexidade do objeto e também em virtude da ausência de demandas para estes serviços por parte das outras unidades administrativas desta Prefeitura.

3.4.4. Não será estipulada quantidade mínima dos serviços a ser adquirida. Diferentemente de bens ou serviços de consumo regular e previsível, os serviços de topografia e geotecnia são prestados sob demanda específica, vinculados a locais, projetos e condicionantes técnicas que somente se materializam ao longo da vigência contratual. Cada chamado envolve objeto singular, como por exemplo: levantamento planialtimétrico de uma área determinada, sondagem em ponto específico, laudo geotécnico para um projeto concreto. As características, extensão e complexidade não podem ser antecipadas com precisão no momento da elaboração do instrumento convocatório. Dessa forma, a fixação de uma quantidade mínima, além de carecer de base técnica concreta, poderia comprometer o equilíbrio econômico-financeiro, ao gerar obrigação de pagamento por serviços não executados, ou, inversamente, ao subestimar as reais necessidades do Município e inviabilizar o atendimento de demandas supervenientes.

3.5. Critério de julgamento da contratação: Será adotado o critério de julgamento “**maior desconto**”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o maior desconto para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. O desconto deverá incidir de maneira linear, em conformidade ao Decreto Municipal nº 32.397/2024, art. 24 § 1º.

3.6. Regime de execução de adjudicação do objeto: Será adotado o regime de empreitada por preço “**unitário**”, tendo em vista a imprecisão inerente de quantitativos de serviços necessários em seus itens orçamentários. O método de preço unitário surge como uma abordagem mais flexível para lidar com mudanças no escopo durante a execução. Ajustes nos custos podem ser feitos conforme a demanda por unidades adicionais ou modificações que sejam identificadas.

3.7. Modo de disputa: Será adotado o modo de disputa “**aberto**”.

• Participação de consórcio e cooperativas:

3.8. Participação ou não de consórcios de empresas: É permitida a participação de consórcio de empresas, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo cumprir os requisitos:





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



- 3.8.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 3.8.2. indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- 3.8.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 3.8.4. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- 3.8.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução da Ata de Registro de Preços.
- 3.8.6. Será exigido para o Consórcio acréscimo de 10% sobre o valor exigido da habilitação econômico-financeira de um licitante individual. Justifica-se esse acréscimo no fato de que, em um consórcio, a responsabilidade econômico-financeira é compartilhada entre empresas distintas, cada uma com sua própria situação patrimonial, fluxo de caixa e eventuais passivos. Esse arranjo, por natureza, dilui a capacidade de resposta financeira individual, tornando razoável exigir um adicional de segurança para garantir que o conjunto do consórcio possua capacidade econômica equivalente — ou superior — à de uma empresa isolada bem qualificada.
- 3.8.7. Essa regra não se aplica se o consórcio for composto exclusivamente por microempresas e pequenas empresas.

3.9. Participação ou não de sociedades cooperativas: As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- **Subcontratação:**

3.10. Previsão de subcontratação parcial do objeto: será permitida a subcontratação do objeto nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024, art. 148 e nas condições abaixo:

- 3.10.1. A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a Administração Pública quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado;
- 3.10.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 3.10.3. Fica autorizado a subcontratação de parcela do objeto inferior ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) da planilha de composição do preço estimado.

- **Da Participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais e Aplicação de Margem de Preferência Local:**

3.11. Considerando que o valor total da contratação ultrapassa R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), esta licitação não terá exclusividade de participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, conforme Lei Complementar 123/2006, art. 48, inciso I.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



3.12. Considerando que o serviço da contratação não se trata de bens divisíveis, a licitação não terá cota reservada de 25% (vinte e cinco por cento) para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, conforme Lei Complementar 123/2006, art. 48, inciso III.

3.13. Não há, entretanto, nada no objeto da licitação que impeça a participação destas, na modalidade de ampla concorrência.

3.14. Afastado o benefício de licitação exclusiva ou de cota reservada até 25%, torna-se inviável aplicação de margem de preferência para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados localmente de que trata o Decreto Municipal nº 32.398/2024 art. 152.

• Garantia da Contratação:

3.15. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas a seguir:

3.15.1. No percentual de 5% (cinco por cento);

3.15.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

3.15.3. No caso de seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

• Vistoria:

3.16. Necessidade de Vistoria: Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

• Condições de Execução:

4.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1. O **prazo para início da execução** começa a contar a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

4.1.2. O **prazo para execução** do presente objeto é de **1 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir da data de emissão da Ata de Registro de Preços.

4.2. Os serviços serão segmentados em dois lotes distintos, em razão da natureza e das especificações técnicas próprias de cada um.

4.2.1. O primeiro Lote será agrupado os serviços referentes a Levantamentos Topográficos o qual incluem:

Tabela 1 - Serviços Topográficos

ITEM	DESCRIÇÃO SERVIÇOS	UNID.	QUANT	CATSER	R\$ UNIT	TOTAL ESTIMADO
1.0	Deslocamentos					





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



1.1	Valor mínimo para mobilização de equipe	UND.	25,00		R\$ 351,69	R\$ 8.792,25
2.0	Topografia					
2.1	Locação de obra	m ²	9.076,00	922	R\$ 2,79	R\$ 25.322,04
2.2	Demarcação de área	m ²	2.450,00	922	R\$ 0,05	R\$ 122,50
2.3	Fornecimento e Instalação de marco geodésico em chapa cravada em superfície estável já existente no local	UND.	105,00	922	R\$ 38,52	R\$ 4.044,60
2.4	Fornecimento e Instalação de marco geodésico de concreto com chapa incrustada no seu topo	UND.	10,00	922	R\$ 114,75	R\$ 1.147,50
2.5	Levantamento altimétrico com perfil	km	15,00	914	R\$ 2.619,34	R\$ 39.290,10
2.6	Levantamento planimétrico de áreas	m ²	350.000,00	922	R\$ 0,16	R\$ 56.000,00
2.7	Levantamento planialtimétrico de áreas (até 20.000m ²)	m ²	688.554	922	R\$ 0,21	R\$ 144.596,34
2.8	Levantamento planialtimétrico de áreas (acima de 20.000m ²)	m ²	724.238,00	922	R\$ 0,10	R\$ 72.423,80
2.9	Levantamento planialtimétrico para infraestrutura viária, com perfis longitudinais e transversais	km	9,12	914	R\$ 4.900,00	R\$ 44.663,50
2.10	Levantamento planialtimétrico de córregos e rios	m ²	156.160,00	922	R\$ 0,21	R\$ 32.793,60
2.11	Batimetria	m	400	957	R\$ 8,44	R\$ 3.376,00
2.12	Cadastro de elementos construtivos (PV, Bocas de Lobo)	UND.	200,00	922	R\$ 151,91	R\$ 30.382,00
2.13	Levantamento cadastral de galerias pluviais	UND.	1.000	922	R\$ 8,19	R\$ 8.190,00
2.14	Aerolevantamento Drone	UND.	20,00	922	R\$ 4.015,59	R\$ 80.311,80

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

6 / 22





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



2.15	Laser SCAN (Entrega de Modelagem, BIM)	m²	7.500	922	R\$ 15,00	R\$ 112.500,00
2.16	Elementos para legalização (memorial descritivo)	UND.	27	922	R\$ 155,31	R\$ 4.193,37
2.17	Acompanhamento de assentamento de tubulação	m	3.000,00	922	R\$ 17,54	R\$ 52.620,00
					R\$	720.769,40

4.2.2. O segundo Lote será agrupado os serviços referentes a Geotecnia o qual incluem:

Tabela 2 - Serviços Geotécnicos

ITEM	DESCRIÇÃO SERVIÇOS	UNID.	QUANT	CATSER	R\$ UNIT	TOTAL ESTIMADO
1.0	Deslocamentos					
1.1	Valor mínimo para mobilização de equipe	UND.	25		R\$ 351,69	R\$ 8.792,25
2.0	Sondagem e estudos geotécnicos					
2.1	Sondagem a trado	m	162	965	R\$ 103,00	R\$ 16.686,00
2.2	Sondagem a percussão com emissão de laudo (SPT)	m	2.126	965	R\$ 79,09	R\$ 168.145,34
2.3	Sondagem rotativa em rocha	m	50	973	R\$ 636,10	R\$ 31.805,00
2.4	Ensaio de Percolação	UND.	20	990	R\$ 526,81	R\$ 10.536,20
2.5	Ensaio CBR	UND.	300	990	R\$ 350,00	R\$ 105.000,00
2.6	Análise granulométrica por peneiramento	UND.	20	990	R\$ 177,70	R\$ 3.554,00
2.7	Determinação do limite de plasticidade	UND.	60	990	R\$ 150,00	R\$ 9.000,00
2.8	Determinação do limite de liquidez	UND.	60	990	R\$ 150,00	R\$ 9.000,00
2.9	Ensaio para determinação de massa específica aparente "in situ" (DPTM-92/64).	UND.	240	990	R\$ 102,81	R\$ 24.674,40
2.10	Ensaio - Compactação Proctor Normal com reuso de material (6 pontos)	UND.	50	990	R\$ 230,00	R\$ 11.500,00
2.11	Determinação do teor de umidade	UND.	50	990	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

7 / 22





R\$ 400.193,19

4.3. O detalhamento técnico e metodológico dos serviços sumarizados nas tabelas dos subitens 4.2.1 e 4.2.2, incluindo as especificações executivas, diretrizes operacionais e a relação exaustiva de normas técnicas e legislações aplicáveis que deverão reger a execução dos trabalhos de topografia e geotecnia, encontram-se integralmente descritos no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento anexo que integra este Termo de Referência para todos os fins de direito e cuja observância é de caráter obrigatório pela Contratada.

• **Especificação da garantia do serviço:**

4.4. Em relação ao prazo de garantia para os materiais e serviços executados, este deve ser de, no mínimo, 60 (sessenta) meses contados após a conclusão dos serviços.

4.4.1. Em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, em conformidade ao art. 618 do Código Civil.

4.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5. MODELO DE GESTÃO

5.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente implica na aceitação plena das condições estabelecidas neste Termo de Referência. A Contratada ao aceitá-las, assumirá a única e irrecusável responsabilidade pelo correto e completo cumprimento de seus preceitos.

5.2. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



5.7. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial os Decretos Municipais nº 32.397/2024 e nº 32.398/2024.

5.8. A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117 *caput*:

5.8.1. **Gestor:** Carlos Alexandre Hauenstein, Diretor de Saneamento e Infraestrutura Hídrica

5.8.2. **Fiscal técnico:** Rafael Possatto, Engenheiro Civil Júnior

5.8.3. **Fiscal administrativo:** Anne Gabrielle Ferreira dos Santos, Agente Administrativo Júnior

5.9. A fiscalização técnica dos serviços contratados será feita pela Secretaria Municipal de Obras, através de servidor designado, que acompanhará a execução do contrato ou instrumento equivalente, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

5.9.1. O fiscal técnico poderá requerer a contratada os documentos necessários para aferir e regular o cumprimento do objeto, tais como registros dos empregados contratados para averiguar a regular contratação destes, assim como deverá ter amplo e livre acesso ao canteiro de obras, sem aviso prévio a fim de executar as atividades inerentes à fiscalização.

5.9.2. Caberá ao fiscal técnico, ainda, dirimir eventuais dúvidas com relação à execução do objeto por parte da contratada e que caso requerido, poderão estas dúvidas ser apresentadas a outros órgãos da administração pública municipal.

5.9.3. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

5.9.4. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

5.9.5. O fiscal técnico informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.9.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução nas datas aprezadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor.

5.9.7. O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato ou instrumento equivalente sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação.

5.10. A fiscalização administrativa será feita pela Secretaria Municipal de Obras, através de servidor designado, que verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências determinadas na legislação municipal.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



5.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.10.2. O fiscal administrativo comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato ou instrumento equivalente sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação.

5.11. O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato ou instrumento equivalente, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.11.1. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

5.11.2. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

5.11.3. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.11.4. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.11.5. O gestor deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.11.6. O gestor deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

5.12. Deve a fiscalização tomar as providências necessárias para garantir a execução integral do objeto previsto no presente Termo de Referência.

5.13. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato ou instrumento equivalente.





5.13.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

• **Das Obrigações da Contratante e da Contratada:**

5.14. São obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

- 5.14.1. Promover o cumprimento do Contrato ou instrumento equivalente e documentos correlatos;
- 5.14.2. Dirimir eventuais dúvidas da Contratada;
- 5.14.3. Cumprir os termos e prazos descritos neste Termo de Referência;
- 5.14.4. Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela Contratada para execução dos serviços;
- 5.14.5. Efetuar os pagamentos devidos, nos termos contratados.
- 5.14.6. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 5.14.7. Fiscalizar a prestação de serviços, comunicando à Contratadas quaisquer fatos que necessitem sua imediata intervenção.
- 5.14.8. Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato ou instrumento equivalente.
- 5.14.9. Quando solicitado, fornecer as informações e documentos exigidos, para que a Contratada obtenha e mantenha válidas e vigentes as licenças aplicáveis.
- 5.14.10. Será paga uma ART pelos serviços da execução do objeto pela empresa vencedora do certame licitatório, para que ao executar estes, a mesma seja responsável pela qualidade dos serviços conforme previsto em contrato ou instrumento equivalente, durante o prazo previsto na legislação vigente.

5.15. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

- 5.15.1. Assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetua, responsabilizando-se, ainda, por qualquer dano ocorrido em decorrência da má realização destes serviços, causados tanto à Contratante como a terceiros, desde que a responsabilidade lhe seja imputável;
- 5.15.2. Manter, durante a execução do objeto, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação.
- 5.15.3. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver.
- 5.15.4. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste.
- 5.15.5. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, greves, faltas ao serviço e demissões, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



- 5.15.6. Disponibilizar profissionais habilitados e devidamente qualificados para o desempenho dos serviços.
- 5.15.7. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos que tenham conexão com a execução do objeto contratado, causados ao Município de Foz do Iguaçu/PR;
- 5.15.8. Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Projeto Básico, salvo autorização específica do Município de Foz do Iguaçu/PR.
- 5.15.9. Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do contrato ou instrumento equivalente a terceiros, mesmo que parcialmente, os serviços contratados, sem prévia anuência por escrito da Contratante.
- 5.15.10. Responsabilizar-se pela direção técnica e a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, cabendo à Contratante apenas a função de zelar pelo cumprimento do Contrato ou instrumento equivalente segundo os ditames legais e da boa técnica. A existência de fiscalização pela Contratante, portanto, não diminui nem atenua a responsabilidade da Contratada pela execução de qualquer serviço.
- 5.15.11. Zelar pelo patrimônio público, acionando a Fiscalização quando observar a possibilidade de risco de danos ou prejuízos ao patrimônio.
- 5.15.12. Designar, por escrito, preposto.
- 5.15.13. Providenciar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação pela Fiscalização, recursos técnicos mais experientes ou qualificados para sanar quaisquer dúvidas técnicas que não forem esclarecidas pela equipe disponíveis ao Município de Foz do Iguaçu/PR.
- 5.15.14. Fornecer previamente ao Município de Foz do Iguaçu/PR relação dos seus profissionais e veículos que poderão ter acesso ao local, para registro e autorização de entrada pela Secretaria requisitante, informando os respectivos dados de identificação (nome, CPF, marca, modelo, cor, placa etc.).
- 5.15.15. Manter disciplina nos locais dos serviços e retirar e substituir, imediatamente, o empregado com conduta inconveniente, responsabilizando-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança determinadas pelo Município de Foz do Iguaçu/PR, e instruindo-os quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Município.
- 5.15.16. Apresentar, às suas expensas, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) assinada pelo(s) Engenheiro(s) Responsável(eis) Técnico(s) pela execução dos serviços, com registro válido no CREA;
- 5.15.17. Apresentar à Fiscalização, sempre que solicitado, detalhamento por escrito de qualquer procedimento ou serviço executado;
- 5.15.18. Notificar prontamente a Contratante de qualquer evento que venha a causar atrasos ou impedimentos à execução regular das obras ou serviços que possam impactar no correto funcionamento do objeto conforme os termos pactuados, descrevendo o evento ocorrido e indicando as providências a serem tomadas com respectivos prazos.
- 5.15.19. Quando do recebimento de correspondência, intimação, notificação, citação ou qualquer outra solicitação que seja de responsabilidade da Contratante, além de comunicar prontamente,





deverá encaminhar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do respectivo recebimento, cópia dos referidos documentos e comunicar à Contratante as providências eventualmente tomadas bem como tomar e sugerir providências para a sua solução.

5.15.20. Fornecer as informações solicitadas pelo Contratante, relacionados ao objeto do contrato ou instrumento equivalente.

5.15.21. Responsabilizar-se pelos danos ambientais e respectivas indenizações. Caso o Contratante assuma as responsabilidades oriundas dos danos ambientais fica assegurado o direito de regresso.

5.15.22. Garantir a veracidade das informações prestadas para cumprimento do contrato ou instrumento equivalente, assumindo, desde já, a responsabilidade e os prejuízos causados pela inexistência, ausência ou inveracidade de tais informações.

5.15.23. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o Município de Foz do Iguaçu/PR, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.

5.15.24. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Projeto Básico as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

• Das Sanções:

5.16. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e às demais cominações estabelecidas no Decreto Municipal nº 32.398/2024, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.16.1. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme disposto no art. 336 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

5.17. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

5.18. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista em edital, e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços, ficarão também sujeitas às sanções.

5.19. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Decreto Municipal nº 32.398/2024, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Capítulo IX do referido Decreto Municipal.

5.20. Sem prejuízo das sanções previstas no edital e anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.





6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. A medição dos serviços será efetuada pela equipe técnica designada pela Secretaria Municipal de Obras, a cada Ordem de Serviço expedida pela Contratante.

6.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 6.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 6.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 6.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.2. Da requisição de cancelamento ou reapresentação de Nota Fiscal:

6.2.1. Sendo identificada cobrança indevida na nota fiscal, a fiscalização poderá, a seu juízo, fazer a glosa dos valores indevidos ou solicitar formalmente à Contratada a reapresentação da nota fiscal corrigida. Em cada medição, poderá ser feita dedução relativa a multas contratuais eventualmente incorridas.

• Do Recebimento:

6.3. O Termo de Recebimento Provisório será emitido pela fiscalização, mediante termo detalhado, no prazo de 10 (dez) dias quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico previamente definidos no contrato ou instrumento equivalente.

6.3.1. O termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento e/ou da execução dos serviços, quem realizou a entrega, como foi prestado o serviço, número do termo do contrato ou instrumento equivalente e/ou da nota de empenho, prazo de execução e prazo de vigência do contrato.

6.3.2. Sempre que possível deverá ser acompanhado de fotografias e demais documentos pertinentes.

6.3.3. O termo deverá ser subscrito pelo fiscal técnico e pelo fiscal administrativo, de acordo com as competências de cada.

6.4. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido pelo gestor, mediante termo detalhado, no prazo de 30 (trinta) dias que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

6.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



6.8.1. o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor;

6.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato ou instrumento equivalente, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor para recebimento definitivo.

6.13.1. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.13.2. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.13.3. Emitir-se-á Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.13.4. Comunicar-se-á a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.





6.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto da licitação.

• **Liquidação:**

6.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Municipal.

6.18. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

6.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.19.1. o prazo de validade;
- 6.19.2. a data da emissão;
- 6.19.3. os dados do contrato ou instrumento equivalente e do órgão contratante;
- 6.19.4. o período respectivo de execução do contrato ou instrumento equivalente;
- 6.19.5. o valor a pagar; e
- 6.19.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.22. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.23. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.





6.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.25. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

• **Prazo de Pagamento:**

6.27. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da legislação municipal.

6.28. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

6.29. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

6.30. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso.

• **Forma de Pagamento:**

6.31. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.34. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.





- **Antecipação de Pagamento:**

6.35. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento

- **Do Critério de Reajuste/Repactuação**

6.36. O reajuste será realizado de ofício pelo gestor do contrato ou da ata de registro de preços, formalizado mediante apostila pela Diretoria de Licitações e Contratos.

6.37. O índice de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em caso de descontinuidade ou substituição do índice adotado, as partes definirão de comum acordo um novo índice oficial, assegurando a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou instrumento equivalente.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. **Habilitação Jurídica:** A habilitação jurídica exigida é aquela prevista no art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. **Capacidade Técnica:** Tanto a empresa como os seus responsáveis técnicos deverão comprovar capacidade técnica mínima para executarem os serviços contratados e deverão comprovar qualificação técnica por meio dos seguintes documentos:

7.2.1. **Capacidade Técnico-operacional:**

7.2.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos, da região a que estiverem vinculados.

7.2.1.1.1. No caso de a empresa licitante e/ou os responsáveis técnicos não serem registrados ou inscritos no CREA, CAU do Paraná ou CRT-04, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA-PR ou CAU-PR ou CRT-04 na ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços.

7.2.1.2. Atestado(s) e/ou declaração(ões) de Capacidade Técnico Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviço compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação, assim entendido:

- Para os serviços descritos no Item 01: Execução de serviços de levantamento planialtimétrico, no mínimo 390.000 m²;
- Para os serviços descritos no Item 02: Execução de serviços de sondagem a percussão com emissão de laudo (SPT), no mínimo 530 m e execução de serviços de Ensaio CBR, no mínimo 75 unidades.

7.2.1.3. Em relação aos serviços de topografia, o acervo técnico solicitado compreendeu um quantitativo de até 25% dos serviços de Levantamento Planialtimétrico, abrangendo os itens 2.7, 2.8 e 2.10 da planilha orçamentária, sendo esta exigência compatível com o objeto da licitação.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



No que se refere aos serviços geotécnicos, foram solicitados os componentes de maior relevância, classificados na categoria A da curva ABC, também em observância ao limite de até 25% do volume a ser contratado. Sendo esta exigência compatível com o objeto da licitação.

7.2.1.4. Será permitido o somatório de diferentes atestado(s) e/ou declaração(ões), para o mesmo serviço.

7.2.2. Capacidade Técnico-profissional:

7.2.2.1. A licitante deverá apresentar declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA, CAU ou CRT do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste Termo de Referência, devendo referir-se a profissional de nível superior e formação em Engenharia ou Arquitetura ou nível técnico e formação em Técnico em Agrimensura, ou Técnico em Fotogrametria, Técnico em Geodésia e Cartografia, ou Técnico em Topografia ou Técnico em Geomensura e que tenha vínculo com a empresa licitante;

7.2.2.1.1. A comprovação do vínculo se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o(a) profissional como sócio(a); carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do(a) responsável técnico(a), desde que acompanhada de declaração de anuência do(a) profissional;

7.2.2.1.2. Deverão ser apresentadas as Certidões de Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s) junto ao CREA, CAU ou CRT da região a que estiver(em) vinculado(s);

7.2.2.1.3. Serão aceitos profissionais com habilitação equivalente, conforme normativa específica do CONFEA.

7.2.2.2. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, CAU ou CRT da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), com registro de atestado, (ou documento equivalente no conselho respectivo), comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa licitante atuou(aram) como responsável(is) técnico(s) na execução de serviços compatíveis em características com o objeto licitado, assim considerados:

- i. Para os serviços descritos no Item 01: Execução de serviços de levantamento planialtimétrico
- i. Para os serviços descritos no Item 02: Execução de serviços de sondagem a percussão com emissão de laudo (SPT) e execução de serviços de Ensaio CBR.

7.2.2.3. Será permitido o somatório de diferentes atestado(s) e/ou declaração(ões), para o mesmo serviço.

7.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista: A habilitação econômico-financeira exigida é aquela prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Qualificação econômico-financeira: A habilitação econômico-financeira, conforme aquela prevista no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista não ser aplicável a disposição do





inciso III do art. 70 do mesmo normativo, também conforme Acórdão de nº 2724/2025 do Tribunal de Contas da União, exigida será cumulativamente de:

- 7.4.1. Comprovação que a licitante possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação
- 7.4.2. Comprovação que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):
- a) Liquidez geral (LG) = (ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + exigível a longo prazo)
 - b) Solvência Geral (SG) = (ativo total) / (passivo circulante + exigível a longo prazo); e
 - c) Liquidez corrente (LC) = (Ativo circulante) / (Passivo circulante). ¹
- 7.5. Necessidade de apresentação de amostras: Não se aplica.
- 7.6. Indicação de pessoal técnico adequado:
- 7.6.1. A Contratada deverá designar Responsáveis Técnicos pela execução, obrigatoriamente detentores de acervo técnico comprovado pelos atestados do item 7.2.2. Esses profissionais deverão responsabilizar-se pela execução dos serviços, bem como supervisioná-los, nas condições definidas neste Termo de Referência, devendo durante toda a vigência contratual inspecionar pessoalmente as instalações para execução, instrução, conferência e garantia da qualidade técnica.
- 7.6.2. As ARTs referentes aos serviços deverão ser apresentadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 7.6.3. A Contratada designará formalmente pelo menos um preposto e um substituto para lhe representar frente à Administração nas tratativas de caráter técnico-administrativo essenciais à normal

¹Fundamentação da Exigência Cumulativa

O TCU, por meio do referido Acórdão, reforça que cada uma das exigências previstas no Art. 69 da Lei nº 14.133/2021 possui um objetivo distinto e complementar, e que a interpretação de que o capital social/patrimônio líquido mínimo só seria exigível caso os índices de liquidez fossem insuficientes é equivocada.

Distinção dos Objetivos dos Critérios:

- **Patrimônio Líquido ou Capital Social Mínimo:** Este critério visa demonstrar que a licitante possui um **porte econômico compatível** com o objeto da contratação. Ele assegura que a empresa tem uma estrutura financeira mínima e um lastro que a habilita a assumir contratos de determinado vulto.

“A comprovação de que o patrimônio líquido ou capital social mínimo tem a finalidade de demonstrar que a licitante possui porte econômico compatível com o objeto da contratação”. (Acórdão 2724/2025 – VOTO, Seção 34, alínea “a”).

- **Índices Contábeis (LG, LC, SG > 1):** Estes índices, por sua vez, garantem que a licitante possui **disponibilidade financeira (liquidez)** suficiente para honrar suas obrigações de curto e longo prazo.

“A exigência de índices contábeis de LC, SG e LG visam garantir que a licitante possua disponibilidades financeiras (liquidez) suficientes para honrar suas obrigações, já que a situação patrimonial (medida pelo patrimônio líquido ou capital social) pode estar em grande parte alocada em ativos de baixa liquidez, como participações societárias em outras empresas ou imóveis”. (Acórdão 2724/2025 – VOTO, Seção 34, alínea “b”).

A adoção dessas exigências de forma cumulativa, e não condicionada, é crucial para mitigar riscos de contratação de empresas com capacidade econômico-financeira duvidosa. Ao seguir as diretrizes do TCU, asseguramos que o processo licitatório selecione **não apenas empresas com índices contábeis aparentemente saudáveis, mas também com o porte e os recursos absolutos necessários para a efetiva e ininterrupta execução do contrato**. Esta abordagem mais rigorosa e completa promove a segurança jurídica do processo, visa resguardar a Administração Pública Municipal de futuros prejuízos e contribui para a elevação da qualidade e eficiência das contratações públicas do município.





execução contratual, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro (“Dos Prepostos”) e demais regulamentos aplicáveis, com, no mínimo, os poderes indicados no modelo de designação de preposto que integrará o edital, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

7.6.3.1. Deverá ser demonstrada a competência do signatário para delegar poderes aos prepostos, mediante a apresentação de documentação comprobatória (contrato social, atas de assembleia, procurações etc.).

7.6.3.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.6.4. A comunicação entre o Município de Foz do Iguaçu/PR e a empresa contratada, representada por seu preposto e responsáveis técnicos, se dará por e-mail, utilizando o endereço eletrônico smob.pmf@gmail.com.

8. VALOR ESTIMADO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.120.962,59 (um milhão, cento e vinte mil novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na Planilha Orçamentária, anexo deste Termo de Referência.

8.1.1. O referido custo foi estimado conforme disposto no Decreto nº 32.397/2024, observada a ordem de utilização dos parâmetros da pesquisa de preços, sem acréscimo de parcela referente à remuneração do risco.

8.2. Os preços propostos pelas licitantes deverão considerar a consecução do objeto da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes sobre todas as etapas dos serviços e do fornecimento, ainda que não explicitados nas tabelas, além do lucro da licitante. As planilhas são orientativas, ou seja, é de inteira responsabilidade dos licitantes as quantidades e valores necessários à feitura perfeita e completa dos serviços. A Contratada não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os materiais que se mostrarem necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, sem que isso implique em custo adicional ao Município de Foz do Iguaçu/PR.

8.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Foz do Iguaçu/PR e será atendida pelas seguintes dotações e recursos:

8.3.1. 15.006.15.452.0250.2136.339039.1000 – Recursos Ordinários Livres Exercício Corrente

8.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Datado e assinado digitalmente





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



Elaborado por:

Rafael de Oliveira Almeida

Engenheiro Civil

Aprovado por:

Diego Falkenberg

Diretor de Gestão de Projetos Públicos e Infraestrutura Urbana

Luiz Fernando de Brito

Diretor de Orçamento e Projetos Complementares

Edinardo Antônio Borba de Aguiar

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Alecsandro Broio Oliveira

Secretário Municipal de Obras



0c176771-cd99-4d61-9b1e-5a1800222f50



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**

Número: **72/2026**

Assunto: **TR TOPOGRAFIA - REVISÃO 03**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=0c176771-cd99-4d61-9b1e-5a1800222f50>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
0c176771-cd99-4d61-9b1e-5a1800222f50

Hash do Documento

D527D7E292BD173384C9188A6F7317BDEE2E5859D19124DE3C2FB7A508BAE078

Anexos

02.TERMO DE REFERÊNCIA - REVISÃO 03.pdf - **3d5d466e-c0f0-45eb-9ee4-6236bfc5152b**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/05/2026 é(são) :

RAFAEL DE OLIVEIRA ALMEIDA (Signatário) - CPF: ***00816948** em 19/05/2026 11:11:30 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

DIEGO FALKENBERG (Signatário) - CPF: ***08210909** em 19/05/2026 11:27:39 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

LUIZ FERNANDO DE BRITO (Signatário) - CPF: ***76236901** em 19/05/2026 11:09:29 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

EDINARDO ANTONIO BORBA DE AGUIAR (Signatário) - CPF: ***25052902** em 19/05/2026 14:21:15 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

ALECSANDRO BROIO OLIVEIRA (Signatário) - CPF: ***69844998** em 19/05/2026 11:21:45 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.